

O presente Programa de Procedimento, composto por dezassete (17) folhas, numeradas de um (01) a dezassete (17), todas por mim rubricadas, foi aprovado em reunião ordinária do Executivo Municipal, realizada no dia vinte e três (23) de fevereiro de dois mil e vinte e três (2023).

A Chefe de Divisão



①

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

CONCURSO PÚBLICO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DOS ESPECTÁCULOS MUSICAIS E RESPECTIVA LOGÍSTICA DE APOIO AO CERTAME FEIRA DA VINHA E DO VINHO 2023 A REALIZAR ENTRE OS DIAS 21 A 25 DE JUNHO

(Nos termos do Código dos Contratos Públicos - CCP, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto na sua atual redação)

INDICE

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO
2. ENTIDADE ADJUDICANTE E CONSULTA DO PROCESSO
3. DECISÃO DE CONTRATAR/ÓRGÃO DELIBERATIVO
4. FUNDAMENTAÇÃO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO
5. ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS
6. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA
7. PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS
8. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES
9. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DEMAIS DOCUMENTOS
10. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS
11. CAUÇÃO
12. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
13. LISTA DOS CONCORRENTES E CONSULTA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS
14. LEILÃO ELECTRÓNICO
15. AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS/CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO
16. AUDIÊNCIA PRÉVIA
17. PREÇO ANORMALMENTE BAIXO
18. DESPESAS E ENCARGOS
19. PREVALÊNCIA E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
20. ANEXOS

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO

O presente procedimento, "Procedimento por Concurso Público, Sem Publicação de Anúncio no Jornal Oficial da União Europeia - JOUE", rege-se pelo estabelecido no Código dos Contratos Públicos aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto na sua atual redação, designado doravante por CCP, e pelo disposto na Portaria 372/2017, de 14 de Dezembro, e tem como objeto a **"A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DOS ESPECTÁCULOS MÚSICAIS E RESPECTIVA LOGÍSTICA DE APOIO AO CERTAME FEIRA DA VINHA E DO VINHO 2023"** cujas especificações e características constam e são descritas no "CADERNO DE ENCARGOS". A entidade adjudicante é o Município de Anadia (NIF 501 294 163), com sede no Largo do Município, 3780-215 ANADIA, com o telefone geral 231510730, fax geral 231510739 e E-mail: geral@cm-anadia.pt.

2. ENTIDADE ADJUDICANTE E CONSULTA DO PROCESSO

- 2.1. A entidade pública contratante é o Município de Anadia, NIPC 501 294 163, com sede no Largo do Município, 3780-215 ANADIA, com o telefone geral 231510730, fax geral 231510739 e correio eletrónico: geral@cm-anadia.pt
- 2.2. Os documentos que constituem o processo de concurso, "PROGRAMA DE PROCEDIMENTO", "CADERNO DE ENCARGOS" e "ANÚNCIO", encontram-se disponíveis nos Serviços de Aprovisionamento, sitos no Edifício dos Paços do Município, localizado no endereço indicado em 2.1., encontrando-se disponíveis para consulta no horário de expediente (08h30 às 12h30 e 14h00 às 17h00), desde a data do envio do "ANÚNCIO" para publicação no Diário da República até ao dia da entrega das propostas.

- 2.3. O presente procedimento estará integralmente disponibilizado na plataforma “acingGov”, disponibilizada pela empresa “Acin iCloud Solutions Ld.” com o seguinte endereço eletrónico: [http:// www.acin.pt](http://www.acin.pt) – nº 1, artigo 62º do CCP.

3. DECISÃO DE CONTRATAR/ÓRGÃO DELIBERATIVO

- 3.1. A decisão de contratar e da autorização da despesa é da competência da Câmara Municipal, no uso da competência própria conferida ao abrigo do disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12/09 e alínea b) do nº 1 do artigo 18.º do D.L. 197/99, de 08/06, aplicável por força do disposto no nº 1 do artigo 36º do Código dos Contratos Públicos, que também aprova os documentos que constituem o Processo de Concurso, “PROGRAMA DE PROCEDIMENTO” e “CADERNO DE ENCARGOS” conforme se encontra disposto no artigo 40º, nº 2 do referido Código dos Contratos Públicos e na já referida alínea f) do nº1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 19 de Setembro.
- 3.2. A escolha deste procedimento de formação de contrato de aquisição de serviços cumpre o disposto no artigo 18º, o disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 20º e o disposto na alínea c) do nº 3 do artigo 474º do Código dos Contratos Públicos – CCP, aprovado em anexo ao Decreto-lei nº18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B72017 de 31 de agosto na sua atual redação.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

A escolha deste procedimento por “CONCURSO PÚBLICO” é fundamentada com base e ao abrigo do disposto na alínea c) do nº 3 do artigo 474º, por força do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 20º, todos do Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-lei nº18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B72017 de 31 de agosto na sua atual redação.

5. ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS

- 5.1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento sobre quaisquer dúvidas surgidas na interpretação das peças patenteadas em concurso e a lista de “ERROS E OMISSÕES” das peças do procedimento detetados pelos concorrentes devem ser apresentados, na referida plataforma eletrónica, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, ao órgão competente para a decisão de contratar, indicado no ponto 3.1, do presente “PROGRAMA DE PROCEDIMENTO” – nº 1 e nº 3 do artigo 50º do CCP.
- 5.2. Os esclarecimentos são da competência do Júri do procedimento, conforme deliberação da Câmara Municipal, e serão dados, também por meio electrónico, na referida plataforma electrónica, até ao termo do segundo terço do prazo para a apresentação das propostas – artigo 109º e alínea a), nº 5 do artigo 50º do CCP.
- 5.3. Os esclarecimentos e as retificações devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica referida no ponto 2.3 e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados desse facto – nº 8, do artigo 50º do CCP.

6. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

- 6.1. A proposta manifesta a vontade de o concorrente contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo e com base no disposto no artigo 57º do Código dos Contratos Públicos (CCP) deverá ser instruída pelos seguintes documentos:
- 6.1.1. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do “CADERNO DE ENCARGOS”, elaborada em conformidade com o modelo constante do “ANEXO I” ao Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado em anexo ao Decreto-lei nº18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto na sua atual redação, assinada pelo

concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, conforme se encontra disposto na alínea a) do nº 1 e no nº 4 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado em anexo ao Decreto-lei nº18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B72017 de 31 de agosto na sua atual redação.

6.1.2.Documento (Proposta Documental) devendo conter expressamente o mencionado nas alíneas seguintes - alínea d) do n.º 1 do art.º 57.º Código dos Contratos Públicos (CCP), tendo em conta o descrito no “CADERNO DE ENCARGOS”, enquanto aspeto da execução do contrato submetido à concorrência, conforme se encontra disposto na alínea b), do n.º 1, do art.º 57.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), respeitando sempre o exigido no “CADERNO DE ENCARGOS” e ainda:

6.1.2.1O preço total indicando qual a taxa legal do IVA aplicável e, em caso de isenção indicar a base legal da isenção (CIVA);

6.1.2.2Preço unitário, em acordo com o que se encontra estipulado no “ANEXO A” que faz parte deste “PROGRAMA DE PROCEDIMENTO”;

6.1.3.Certidão Permanente atualizada/Declaração de início de atividade atualizada.

6.2. O preço global da proposta, será expresso em algarismos - nº 1 artigo 60º do CCP, e em euros e não incluirão o IVA, devendo, todavia, referir-se a taxa legal aplicável.

6.3. Todos os preços constantes das propostas deverão ser apresentados até três casas decimais.

6.4. As propostas e os documentos que as constituem são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa - n.º 1 do artigo 58.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

6.5. A entidade adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelos concorrentes.

6.6. Os documentos que acompanham a proposta devem ser assinados pelas entidades que os emitem.

- 6.7. Todos os documentos carregados na plataforma electrónica deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura electrónica qualificada, conforme se encontra disposto no artigo 54º da Lei nº 96/2015 de 17 de agosto.
- 6.8. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento indicando o poder de representação e assinatura do assinante (procuração).
- 6.9. Se o certificado qualificado da assinatura electrónica for emitido em nome duma pessoa coletiva já não será necessário submeter ou juntar à plataforma o documento referenciado no ponto anterior.

7. PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas e os documentos da proposta deverão ser entregues na plataforma eletrónica anteriormente mencionada, "acingGov", disponibilizada pela empresa "Acin iCloud Solutions Ld.ª" com o seguinte endereço eletrónico: [http:// www.acin.pt](http://www.acin.pt) - nº 1 do artigo 62º e alínea l) do nº 1 do artigo 132º do CCP, até às 18 horas do 10º (décimo) dia, contados a partir da data de envio do "ANÚNCIO" para publicação em "DIÁRIO DA REPÚBLICA" - nº 1 do artigo 135º.

8. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES

Não são aceites propostas variantes nem propostas que envolvam alterações de cláusulas do "CADERNO DE ENCARGOS" ou do "PROGRAMA DE PROCEDIMENTO" - alínea j) do nº 1 do artigo 132º do CCP.

9. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DEMAIS DOCUMENTOS

A proposta, bem como os documentos solicitados no ponto 6. do presente "PROGRAMA DE CONCURSO" serão apresentados diretamente na plataforma electrónica de contratação pública utilizada pelo Município de Anadia, "acingGov", disponibilizada pela empresa "Acin iCloud Solutions

Ld.^{aa} com o seguinte endereço eletrónico: [http:// www.acin.pt](http://www.acin.pt) – nº 1 do artigo 62º do CCP.

10. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

10.1. O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta, por um prazo de 66 dias contados a partir da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas - artigo 65º do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado em anexo ao Decreto-lei nº18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto na sua atual redação.

10.2. O prazo a que se refere o número anterior considera-se prorrogado por iguais períodos de tempo se os concorrentes nada requererem em contrário – alínea m) do artigo 132º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

11. CAUÇÃO

Será exigida a prestação de caução, com base no disposto no nº 1 do artigo 88º, do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado em anexo ao Decreto-lei nº18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto na sua atual redação, em conformidade com o que se encontra descrito nos pontos 1. da cláusula 15ª do “CADERNO DE ENCARGOS” e, caso a proposta seja considerada com o preço anormalmente baixo, nos termos do descrito no ponto 17 (dezassete) deste documento, será exigida a prestação de caução no valor e em conformidade com o descrito no ponto 2. da referida cláusula 15ª do “CADERNO DE ENCARGOS” - nº 2 do artigo 89º do CCP; podendo a mesma ser efectuada em:

- 11.1. **Depósito em dinheiro**, efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da entidade adjudicante;
- 11.2. **Depósito em títulos**, efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da entidade adjudicante;
- 11.3. **Garantia bancária**, através da qual um estabelecimento bancário assegura, até ao valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas

pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita;

11.4.Seguro-caução, mediante a apresentação de apólice através da qual uma entidade legalmente autorizada a realizar este seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que o seguro respeita.

12. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Ao adjudicatário, com base no descrito na alínea g) do artigo 132º do Código dos Contratos Públicos (CCP) será concedido o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da notificação da decisão de adjudicação, para, nos termos artigo 81º do referido Código (CCP), fazer a apresentação dos seguintes documentos de habilitação:

12.1.1 Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do “ANEXO II” ao Código dos Contratos Públicos (CCP);

12.1.2 Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d) e) e h) do artigo 55º do CCP (certificados de registo criminal da pessoa coletiva e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência, certidão comprovativa da situação regularizada com a Segurança Social e certidão comprovativa da situação regularizada com o Estado Português relativamente a Impostos-Finanças);

12.1.3 Comprovativo de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objecto do contrato a celebrar - nº 3 do artigo 2º da Portaria nº 372/2017, de 14 de dezembro – (Certidão Permanente);

12.2. O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação descritos no ponto anterior e referidos no artigo 81º do CCP, através da

plataforma electrónica referenciada no ponto 2.3 deste “PROGRAMA DE PROCEDIMENTO” e utilizada pelo Município de Anadia, com exclusão de qualquer outro – nº 1 do artigo 5º da Portaria nº 372/2017 de 14 de dezembro;

12.3. Todos os documentos de habilitação são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa – nº 1 do artigo 4º da Portaria nº 372/2017 de 14 de dezembro;

12.4. O adjudicatário pode, em substituição da reprodução dos documentos referida no número anterior, indicar o sítio da Internet onde aqueles podem ser consultados, bem como, a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa – nº 2 do artigo 5º da Portaria nº 372/2017 de 14 de dezembro, ou prestar consentimento, nos termos da lei, para consulta da informação relativa a qualquer destes documentos, estando dispensada assim a sua apresentação – nº 3 do artigo 5º da Portaria nº 372/2017 de 14 de dezembro;

12.6. Verificando-se irregularidades nos documentos apresentados que determine a caducidade da adjudicação nos termos do nº 1 do artigo 86º do CCP, será com base no disposto na alínea g) do artigo 132º e nos termos do nº 2 do artigo 86º do Código dos Contratos Públicos (CCP):

12.6.1 Concedido um prazo de 5 (cinco) dias para, no âmbito da audiência prévia, o concorrente se pronunciar, por escrito, relativamente às irregularidades detetadas - nº 2 do artigo 86º;

12.6.2 Caso as irregularidades verificadas se devam a facto não imputável ao adjudicatário, será concedido um prazo de 3 (três) dias, para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação - nº 3 do artigo 86º, do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado em anexo ao Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto na sua atual redação.

13. LISTA DOS CONCORRENTES E CONSULTA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS

13.1. No 1º dia útil imediato à data limite para apresentação das propostas e com base no disposto no nº 1 do artigo 138º do CCP, o júri procederá à publicitação

da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante.

- 13.2. Aos concorrentes incluídos na lista é facultada, com base no disposto no nº 1 do artigo 138º do Código dos Contratos Públicos (CCP), a consulta, diretamente na plataforma eletrónica, de todas as propostas apresentadas.

14. LEILÃO ELECTRÓNICO

As propostas apresentadas não serão objeto de Leilão Eletrónico - artigo 140º do CCP.

15. AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS/CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

- 15.1. O júri apreciará as propostas admitidas a concurso, podendo, para o efeito, solicitar, por escrito, esclarecimentos complementares que tiver por convenientes sobre aspectos das propostas, obrigando-se os concorrentes a fornecê-los no prazo previamente fixado - artigo 72º do CCP.

As propostas serão analisadas pelo júri, que elaborará um "RELATÓRIO PRELIMINAR" fundamentado sobre o mérito das mesmas (podendo este ser apoiado por peritos), ordenando-as para efeitos de adjudicação, de acordo com os critérios fixados - nº 1 do artigo 146º do Código dos Contratos Públicos (CCP);

- 15.2. A adjudicação será efectuada segundo o critério "DA PROPOSTA ECONÓMICAMENTE MAIS VANTAJOSA" determinada através da modalidade "MONOFATOR", de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço - alínea b), nº 1, artigo 74º do CCP, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto na sua atual redação

- 15.3. Como factor para o critério de desempate a utilizar na avaliação das propostas será utilizado o sorteio, sendo notificados os concorrentes que apresentem proposta de igual valor, da data e hora a efectuar o sorteio.

16. AUDIÊNCIA PRÉVIA

Após a elaboração do “RELATÓRIO PRELIMINAR” e antes de ser proferida decisão sobre a adjudicação, o júri procederá, por força do disposto no artigo 147º do Código dos Contratos Públicos, ao seu envio a todos os concorrentes, para que no prazo de cinco (5) dias se pronunciarem, por escrito, ao abrigo da “AUDIÊNCIA PRÉVIA”, salvo se tiver sido apresentada uma única proposta, aplicando-se neste caso, o disposto no artigo 125º do CCP – artigo 147º do CCP, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto na sua atual redação. Após cumprido o anteriormente disposto o júri elaborará um “RELATÓRIO FINAL” fundamentado, no qual são ponderadas as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo da “AUDIÊNCIA PRÉVIA”, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do “RELATÓRIO PRELIMINAR”, elaborando o “RELATÓRIO FINAL” que submeterá ao órgão competente para a decisão de contratar – nº 1 do artigo 148º do CCP. Caso, do “RELATÓRIO FINAL” resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do “RELATÓRIO PRELIMINAR”, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo 147º do CCP;

Caso se verifique a situação atrás referida e prevista no nº 1 do artigo 125º do Código dos Contratos Públicos – apresentação de uma única proposta, os serviços elaborarão um “PROJECTO DE DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO” que submeterão ao órgão competente para a decisão de contratar, não havendo lugar à fase da audiência prévia escrita do concorrente, em conformidade com o disposto no nº 2 do artigo 125º do Código dos Contratos Públicos aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto na sua atual redação. O “RELATÓRIO FINAL” e todo o processo é submetido à entidade competente para a decisão de contratar para decidir sobre a aprovação de todas as

propostas contidas no mesmo, nomeadamente para efeitos de adjudicação - nº 3 do artigo 148º do CCP.

17. DEFINIÇÃO DE PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

Considera-se preço anormalmente baixo quando se verificarem situações que estejam em acordo com o teor do disposto no ponto 3. da cláusula 15ª do “CADERNO DE ENCARGOS”.

18. DESPESAS E ENCARGOS

São da responsabilidade do adjudicatário as despesas e os encargos inerentes à elaboração da proposta, assim como todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Anadia.

19. PREVALÊNCIA E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Nos termos do artigo 51.º do CCP, em tudo o que não estiver expresso neste “PROGRAMA DE PROCEDIMENTO” e em caso de contradição do mesmo com as normas do Código dos Contratos Públicos (CCP), prevalecerá sempre o disposto no Código da Contratação Pública (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto e pelo disposto na Portaria 372/2017, de 14 de dezembro.

21. Anexos

Anexo A

Anexo I

Anexo II

Modelo de garantia bancária/Seguro de caução

ANEXO A

Serviços a que se refere a Cláusula 1.ª do Caderno de Encargos	Preço Unitário
1) Cachets, equipamentos de som e luz, necessidades de produção (deslocações, estadias, refeições e catering) em cumprimento dos riders técnicos e hospitaleiros dos artistas e respetiva comitiva e dias de atuação, todos em anexo ao presente caderno de encargos:	
a) José Cid - dia 21 de junho – 22h00;	
b) Jorge Palma - dia 22 de junho – 22h00;	
c) Wet Bed Gang - dia 23 de junho – 22h30;	
d) Dj Kura - dia 23 de junho – 00h00;	
e) Pedro Abrunhosa - dia 24 de junho – 22h30;	
f) Insert coin - dia 24 de junho – 01h00;	
g) Minis Shows Masha e o Urso + Dj Ovelha Choné - dia 25 de junho – 15h00;	
h) Ala dos Namorados	
2) Aluguer de dois (2) palcos, devidamente homologados e credenciados:	
a) Palco Principal	
b) Palco Secundário:	
3) Equipamento Kit Dj's	
4) Equipamentos de som e luz para palco secundário para todos os espetáculos	
5) Disponibilização do som do palco principal e acompanhamento técnico para espetáculo piromusical	
6) Som geral da feira (sonorização ambiente do evento)	
7) Aluguer de dois Ecrãs Ledwall P6.0 (dimensões: 3,84x2,30m)	
8) Live Streaming dos concertos do palco principal	

ANEXO I

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO
MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO DE CAUÇÃO

Garantia bancária/seguro de caução n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (*adjudicatário*), vem o(a) _____ (*instituição garante*), pelo presente documento, prestar, a favor de _____ (*entidade adjudicante beneficiária*), uma garantia bancária/seguro-caução (*eliminar o que não interessar*), até ao montante de _____ (*por algarismos e por extenso*), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (*identificação do procedimento*), nos termos dos n.ºs 6 e 8/7 e 8 (*eliminar o que não interessar*) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (*eliminar o que não interessar*) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]